



Sara Pereira (Org.) (2011)
Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"
25-26 Março 2011, Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
ISBN 978-989-97244-1-9

Perspectivas sobre info-exclusão no ciberespaço lusófono¹

LURDES MACEDO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
mlmacedo71@gmail.com

ROSA CABECINHAS

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
Cabecinhas@ics.uminho.pt

ISABEL MACEDO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
isabelmaced@gmail.com

Resumo:

Os países de língua oficial portuguesa revelam, no seu conjunto, uma heterogeneidade económica, social, educativa e geográfica que afecta o modo como se efectiva o acesso à internet e à escolarização nestes países. Nesta comunicação, pretende-se reflectir sobre duas questões centrais que se colocam quando se discute o conceito de info-exclusão. Por um lado, questiona-se se estarão criadas as condições culturais, infra-estruturais e sociais que permitam o acesso e a utilização informada dos serviços de internet nestes países; por outro lado, interroga-se sobre a existência, nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de condições materiais e culturais que lhes permita desfrutar das potencialidades do mundo digital. Pretende-se apresentar, neste trabalho, alguns dados relativos aos índices de desenvolvimento humano nestes países, aos níveis de escolaridade e de literacia, reflectindo sobre os mesmos, apresentando também os dados disponíveis respeitantes ao número de utilizadores e subscritores dos serviços de internet. Os dados analisados indicam que existem grandes assimetrias no que diz respeito ao nível de desenvolvimento humano nestes países. Observam-se profundas desigualdades ligadas à pobreza e à educação, que contribuem de modo significativo para a presença de baixos níveis de desenvolvimento humano em alguns países da CPLP.

Palavras-chave:

Info-exclusão, ciberespaço lusófono, assimetrias no desenvolvimento.

Introdução

A crescente afirmação do ciberespaço enquanto lugar de contacto, partilha e discussão veio facilitar a comunicação entre cidadãos lusófonos espalhados pelo mundo, não só pelo factor identitário que a língua em comum pode constituir, como também pelo factor tecnológico que determina um novo paradigma comunicacional: a sociedade em rede. A grande dispersão geográfica do “espaço lusófono” fica atenuada, assim, pelo aparecimento e pela utilização da internet, que Castells (2004: 16) descreve como um dispositivo de “comunicação de muitos para muitos em tempo escolhido e a uma escala global”.

Esta nova ordem social - que gravita em torno de mecanismos de inclusão e exclusão ditados pelo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - tem vindo a merecer a atenção de alguns dos pensadores mais influentes do nosso tempo. A «info-exclusão» - conceito proposto por Castells (2004: 288) para descrever uma nova forma de agudização da exclusão de algumas franjas das sociedades desenvolvidas, bem como a maior parte da população das sociedades em vias de desenvolvimento – configura, assim, uma das preocupações a ter em conta no desenvolvimento da Sociedade da Informação. A antevisão de um mundo dividido entre os «inforricos» - aqueles que podem aceder às novas infotecnologias - e os «infopobres» - aqueles que, por razões económicas e culturais, não lhes podem aceder - coloca-nos perante a questão económica que constitui a generalização do acesso às TIC e à informação por parte das populações mais desfavorecidas, bem como perante a questão educativa e cultural que representa a sua sensibilização e o treino das suas competências para a utilização destes novos dispositivos (Macedo, 2005).

Deste modo, o acesso às novas infotecnologias pressupõe a concretização de duas condições que não estão garantidas em todos os países de língua oficial portuguesa: o acesso ao equipamento e à tecnologia, por um lado, e as condições de alfabetização que permitam a utilização destes, por outro. Évora & Silva (2010: 54) corroboram esta afirmação, referindo que, neste contexto do espaço público virtual, surgem exclusões de várias ordens, “por um lado, deixa de fora as pessoas que não têm condições financeiras ou outras que lhes assegurem o acesso à internet (questões de acessibilidade) e, por outro lado, excluem também os cidadãos que não possuem competência tecnológica que lhes possibilitem tirar proveito dos recursos informáticos (questões de competência digital)”. A propósito do sistema educativo na Guiné-Bissau, Nhaga (2009) também salienta que não estão reunidas condições que permitam o desenvolvimento integral do indivíduo, quer ao nível das infra-estruturas, quer no que se refere à qualificação do corpo docente, à falta de materiais escolares, entre outros aspectos. A autora menciona também a dificuldade no acesso à internet e o elevado custo deste serviço.

Para uma melhor compreensão desta realidade, pretende-se apresentar, nesta comunicação, dados relativos aos índices de desenvolvimento humano, bem como aos níveis de escolaridade e de literacia nos países de língua oficial portuguesa, reflectindo sobre os mesmos e articulando esta análise com a reflexão sobre os dados disponíveis respeitantes ao número de utilizadores dos serviços de internet.

Neste sentido, pretende-se analisar e discutir a reprodução de um mundo desigual no ciberespaço, nomeadamente nos países que constituem a CPLP.

1. Perspectivas sobre Info-Exclusão

A obra *Galáxia Internet*, publicada por Manuel Castells (2004), revela-se central para a reflexão que pretendemos realizar sobre a info-exclusão, tendo o autor dedicado um capítulo desta obra à análise dos significados deste conceito e à análise da sua interacção com as “fontes sociais de desigualdade” (Castells, 2004: 288).

Na opinião deste autor, a internet veio introduzir alterações profundas nos modelos de sociabilidade que conhecíamos, criando novas formas de interagir que ocorrem numa dimensão extra-espacial e extra-temporal, levando, inevitavelmente, a novas concepções de comunidade e de comunicação. O mesmo autor acrescenta que, à medida que o acesso se vai generalizando, ele começa também a distinguir-se pela qualidade e pela velocidade, fazendo com que haja um acesso diferencial, com custos diferentes e níveis de utilização sócio-cultural diferentes. A este propósito, Castells refere que começa a existir também a internet dos ricos e a internet dos pobres.

Nesta linha de pensamento, quanto mais o mundo se envolve num processo tecnológico de desenvolvimento económico, político, social e cultural, baseado nas redes digitais, mais as desigualdades, de uma grande faixa da população mundial, se evidenciam. Assim, tal como refere Castells, “a info-exclusão fundamental não se mede pelo número de ligações à internet, mas sim pelas consequências que tanto a ligação como a falta de ligação comportam” (Castells, 2004: 311).

Navarrete & Huerta (2006) também referem que o uso da internet, enquanto infra-estrutura que permite a interacção entre distintas comunidades, tem vindo a chamar a atenção de vários investigadores na última década. Estas autoras analisam o modo como as comunidades de imigrantes usam a internet para criarem uma espécie de “ponte para casa”. Os trabalhos de investigação analisados pelas autoras revelam um interesse especial pelo modo como as tecnologias centradas no computador proporcionam condições para que determinadas comunidades tragam para o contexto online elementos do seu país ou região geográfica.

A este propósito, as autoras consideram que a internet constitui um meio de comunicação alternativo, através do qual o sentido de comunidade pode ser reforçado e mantido através do tempo e do espaço. Note-se que as comunidades de imigrantes têm vindo a criar espaços virtuais que permitem a (re)criação e manutenção de um sentido de comunidade capaz de ultrapassar as fronteiras nacionais (Navarrete & Huerta, 2006). Mitra (2008) partilha desta perspectiva e considera que a própria interactividade entre os discursos que são produzidos na internet pode possibilitar a criação de um espaço virtual com características que relembrem espaços físicos específicos.

É consensual que a internet, ao contrário dos meios tradicionais de comunicação, cria a oportunidade de activistas e pessoas marginalizadas pelo mundo inteiro interagirem, interligarem-se, mobilizando-se em preocupações comuns, como a opressão, o racismo e injustiças que afectam as suas vidas (Langmia, 2008).

Na opinião de Anyanwu (2005), a internet tornou-se um recurso importante para quem se encontra na diáspora. O autor considera-a ainda um espaço de convergência e um ponto de encontro entre culturas. De acordo com esta perspectiva, a internet veio reconfigurar os espaços geográficos da diáspora, que passam a atravessar as fronteiras intra e inter-nacionais, tornando-se numa espécie de novo habitat do viajante moderno. Para Anyanwu, a internet elimina as fronteiras geográficas e cria espaços de habitação para mais migrantes.

Contudo, a internet não aparece acessível para toda a população migrante da mesma forma e com a mesma cara, tendo em conta que ela implica pré-requisitos, entre os quais a capacidade económica, o conhecimento e a situação geográfica favoráveis.

E nos países da CPLP? Estas fronteiras vêm-se diluídas? Estão criadas as condições culturais, infra-estruturais e sociais que permitam o acesso e a utilização informada dos serviços de internet? O presente trabalho indica que estamos perante uma heterogeneidade económica, social, educativa e geográfica que afecta o modo como o acesso à internet se efectua. Como referem Cabecinhas, Lima & Chaves (2006: 7), “Quando nos debruçamos especificamente sobre os grupos nacionais, é necessário ter em conta que cada grupo é heterogéneo, sendo constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social”.

2. Níveis de Literacia e acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

No trabalho de Castell, Luke & MacLennan (2001), os autores referem que se tem assumido que a alfabetização é uma parte necessária da socialização nos países industriais e pós-industriais e que é um bem essencial para todos. Os autores referem ainda que o facto de sermos alfabetizados possibilita que assumamos um papel activo na sociedade.

Benavente, Rosa, Costa & Ávila (1996: 4) distinguem os conceitos de alfabetização e de literacia. De acordo com os autores, o primeiro “traduz o acto de ensinar e de aprender (a leitura, a escrita e o cálculo)”, o segundo “traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo”. Os autores definem literacia como as “capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de uso corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal)”. A este propósito Delgado-Martins, Ramalho & Costa (2000: 13) também distinguem os dois conceitos, referindo que a “alfabetização refere um conhecimento obtido, estável, enquanto a literacia designa um conhecimento processual, em aberto”.

O conceito de literacia tem evoluído ao longo das últimas décadas. Encarado inicialmente como um simples processo de aquisição de capacidades cognitivas básicas, é hoje entendido como um processo que mobiliza o uso dessas capacidades, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de consciência social e de reflexão crítica enquanto base para a mudança pessoal e social.

Estas distinções tornam-se relevantes pelo facto de apresentarmos dados relativos aos níveis de literacia nos países da CPLP.

De acordo com a Resolução 56/116 das Nações Unidas (2002: 2/3), “a literacia é fundamental para a aquisição, por todas as crianças, jovens e adultos, das competências essenciais para a vida e representa um passo essencial na educação básica, que é um meio indispensável de participação efectiva nas sociedades e economias do século XXI”. A mesma Resolução reafirma a literacia como “o cerne da educação básica para todos”, acrescentando ainda que “a criação de ambientes e sociedades literados é essencial para alcançar as metas da erradicação da pobreza, redução da mortalidade infantil, redução do aumento demográfico, igualdade de género e assegurar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia”.

Se o nível cultural e educativo da família possui relação com a sua capacidade de aprendizagem, em condições intelectuais e emocionais semelhantes, “a ausência das adequadas medidas de correcção, o uso da internet, tanto na escola, como no âmbito profissional, poderia contribuir para que crescessem as diferenças sociais baseadas na classe social, na educação, no género e na origem étnica” (Castells, 2004: 301). De acordo com este autor, esta “poderia constituir a dimensão mais importante da info-exclusão que está a emergir na alvorada da Era da internet” (Castells, 2004: 301).

Neste sentido, observa-se uma relação muito próxima entre a educação, o desequilíbrio educativo e a info-exclusão. Castells (2004) relaciona estas duas vertentes em quatro níveis distintos:

1. Escolas diferenciadas (público/privado) em termos socioculturais diferem também no que se refere à tecnologia;
2. A qualidade dos professores está desigualmente distribuída entre as escolas;
3. As escolas com um sistema voltado para o desenvolvimento intelectual e pessoal das crianças contrapõem-se àquelas que estão fundamentalmente preocupadas com a capacidade de manterem a disciplina; “tomar conta das crianças (mais que educá-las) e entretê-las até que acabam a escolaridade” (Castells, 2004: 300).

4. As famílias assumem uma grande parte da responsabilidade na educação dos seus filhos, ajudando-os a moverem-se no contexto das novas tecnologias: “Aqui o acesso à internet a partir de casa e pais com um certo nível educativo que tenham a capacidade cultural para orientar os seus filhos (frequentemente enquanto eles próprios aprendem as utilizações da internet) marca uma clara diferença” (Castells, 2004: 301).

Neste sentido, quando falamos de info-exclusão no contexto da CPLP, referimo-nos às desigualdades entre aquelas sociedades que possuem condições materiais e culturais para operar no mundo digital e aquelas que não possuem estas condições.

2.1 Da Declaração de Dakar até à actualidade

A Declaração de Dakar, aprovada em 2000 por 164 governos, é um dos mais abrangentes, amplos e ambiciosos compromissos assumidos pela comunidade internacional. Nesta Declaração, os países envolvidos comprometiam-se a desenvolver a aprendizagem e oportunidades para todos os jovens, adultos e crianças, prevendo atingir alvos específicos até 2015.

Participaram nesta Conferência representantes de todos os países da CPLP, com a excepção de Timor-Leste que à data ainda se encontrava com uma administração transitória, tendo realizado as primeiras eleições livres no ano seguinte.

A Declaração de Dakar (2000) define um conjunto de objectivos a alcançar até 2015:

- *“expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;*
- *assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;*
- *assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, às habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;*
- *alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;*
- *eliminar disparidades de género na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de género na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;*
- *melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida”.*

Em 2010 foi publicado o *EFA Global Monitoring Report* que, entre outros dados, faz uma avaliação dos resultados em relação aos objectivos previstos na Conferência de Dakar, em 2000. De acordo com este relatório, a cinco anos de 2015, muitas das principais metas definidas na Declaração de Dakar, no sentido da Educação para Todos, estão numa encruzilhada. Os resultados publicados neste relatório indicam que muito já foi feito na última década, contudo, muitos dos países mais pobres terão dificuldade em alcançar as metas estabelecidas nesta Declaração. Com perspectivas de recuperação da crise económica mundial ainda incertas, há um risco real de que o progresso na educação pare em alguns países, podendo inclusive regredir em relação aos objectivos atingidos desde 2000.

Os resultados do *EFA Global Monitoring Report* indicam também que em muitos países os objectivos não serão alcançados, a menos que os governos dirijam a sua atenção e recursos para os segmentos da sociedade mais desfavorecidos. Neste sentido, é necessário chegar àqueles que estão

a ser deixados para trás, em resultado das disparidades ligadas à pobreza, género, etnia, língua, entre outras.

O mundo está longe da meta traçada para 2015 que, entre outros objectivos, pretendia alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização. Assume-se que a alfabetização é um bem essencial e uma componente-chave das competências de desenvolvimento: no entanto, os níveis de escolaridade dos adultos continuam muito longe das metas definidas. De acordo com o mesmo relatório, há actualmente cerca de 759 milhões analfabetos jovens e adultos no mundo. Mais de metade vivem no Sul e Oeste da Ásia e cerca de um quinto na África Subsaariana, sendo dois terços mulheres. Embora as assimetrias de género estejam a diminuir, continuam ainda muito elevadas. Excepto no leste da Ásia - principalmente China - o progresso em direcção à meta de reduzir pela metade o analfabetismo tem sido muito lento. O trabalho realizado indica que, mantendo o ritmo actual, este objectivo não será atingido até 2015.

Contudo, o *EFA Global Monitoring Report* indica que também se têm observado alguns desenvolvimentos nos últimos anos. Vários países, com um grande número de adultos analfabetos, têm aumentado o investimento nacional em programas que visam aumentar os níveis de escolarização, como é o caso do Programa Brasil Alfabetizado, que começou em 2003, tendo chegado a 8 milhões de alunos.

2.2 Níveis de Desenvolvimento Humano e de Literacia nos Países da CPLP

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) regista o progresso dos vários países em três vertentes fundamentais: viver uma vida longa e saudável, obter educação e conhecimentos e desfrutar de um padrão de vida digno. Sendo assim, para o cálculo do IDH, foram analisadas três dimensões: saúde (esperança de vida à nascença); educação (média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados) e padrões de vida (rendimento nacional bruto per capita) (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010: 225).

O quadro seguinte reflecte o nível de desenvolvimento humano nos países da CPLP.

Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Humano 2010

Nível de Desenvolvimento Humano	País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Posição relativa no IDH (num total de 169 países)
Desenvolvimento humano muito elevado	Portugal	0,795	40
Desenvolvimento humano elevado	Brasil	0,699	73
Desenvolvimento humano médio	Cabo Verde	0,534	118
	Timor-Leste	0,502	120
	São Tomé e Príncipe	0,488	127
Desenvolvimento humano baixo	Angola	0,403	146
	Guiné-Bissau	0,289	164
	Moçambique	0,284	165

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)

Os dados do Quadro 1 indicam que existem assimetrias pronunciadas nos níveis de desenvolvimento humano dos países que constituem a CPLP. Apenas Portugal se encontra na lista de países com um nível de desenvolvimento humano muito elevado (IDH 0,795). Angola, Guiné-Bissau e Moçambique fazem parte do conjunto de países com um nível de desenvolvimento humano baixo, com um IDH igual ou inferior aos 0,403.

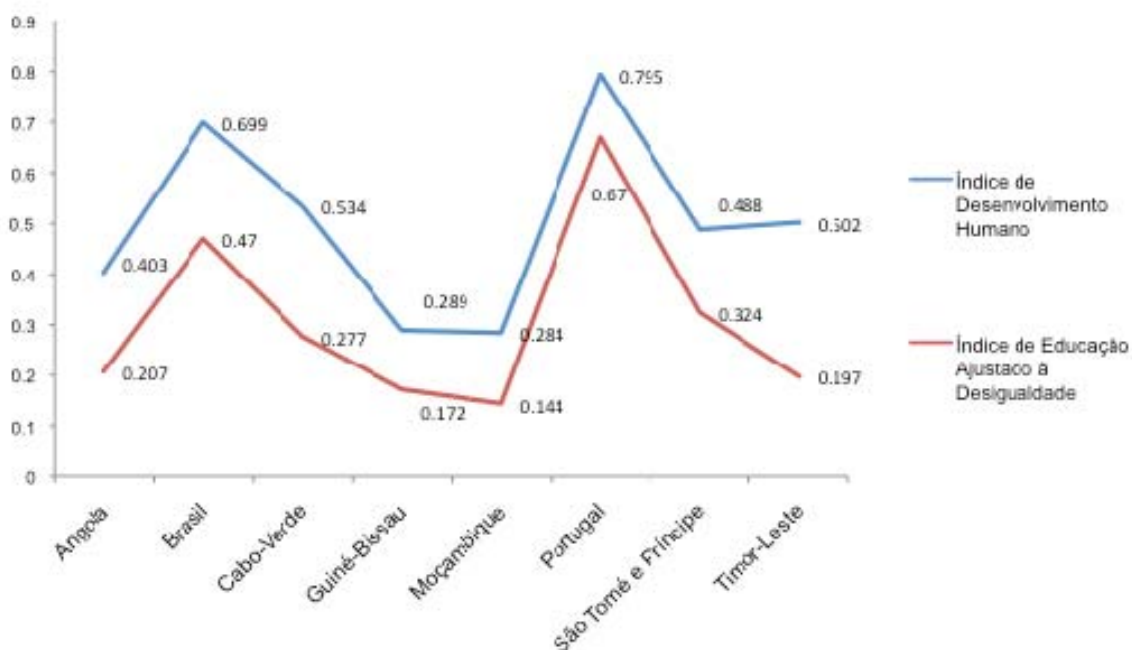
No relatório de 2010 são apresentados novos índices para capturar aspectos importantes da distribuição do bem-estar em termos de desigualdade de género e de pobreza multidimensional

(p.21). O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) mede o nível médio de desenvolvimento humano das pessoas numa sociedade onde a desigualdade é um factor tido em consideração. O IDHAD refere-se ao IDH das pessoas, que é inferior ao IDH agregado, quando existe desigualdade na distribuição de saúde, educação e rendimento. Em casos de perfeita igualdade, o IDH e o IDHAD são iguais; quanto maior a diferença entre ambos, maior é a desigualdade (p.28).

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade indica profundas disparidades internas em alguns países, conduzindo a uma descida significativa face ao IDH global (por exemplo, o Brasil desce 15 posições no ranking do IDH, Angola e Timor-Leste descem 4 posições, Guiné-Bissau e Moçambique também descem 2 posições e Portugal 1 posição).

Os níveis de desigualdade no que se refere à educação nos países da CPLP são evidentes. O Gráfico 1 permite observar que o Índice de Educação Ajustado à Desigualdade (cálculo com base na média de anos de escolaridade, face aos anos de escolaridade esperados) encontra-se abaixo do Índice de Desenvolvimento Humano em todos os países da CPLP, contribuindo de forma significativa para que o IDH seja inferior ao que seria desejável. No caso de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste, por exemplo, são evidentes as desigualdades no que se refere à educação (linha vermelha com valores próximos de zero significa maior desigualdade no que se refere à educação nestes países).

Gráfico 1 – Índice de Educação Ajustado à Desigualdade

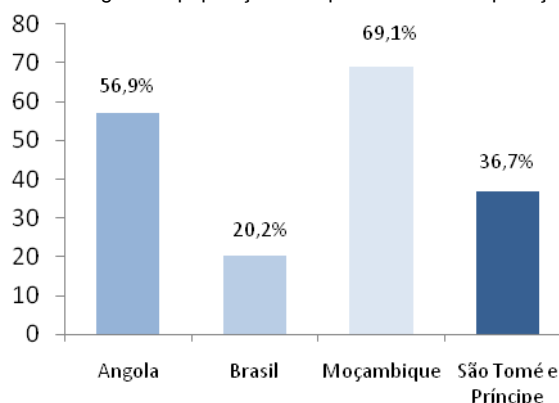


Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica as privações sobrepostas que as famílias sofrem na saúde, na educação e nos padrões de vida (p.230). Portugal, conjuntamente com outros países que se encontram no nível de desenvolvimento considerado muito elevado, não entra neste índice, o que significa que se trata de um país em que, à partida, não existem privações graves no que se refere à saúde, à educação e aos padrões de vida.

Os dados disponíveis, relativos à percentagem de população com pelo menos uma privação grave em educação (valor que integra o IPM), indicam que mais de 50% da população moçambicana e angolana sofre privações a este nível. Em São Tomé e Príncipe também não se encontram reunidas condições de acesso e sucesso da população ao longo de todo o processo educativo. No que se refere ao Brasil, esta privação atinge cerca de 20,2% da população.

Gráfico 2 - Percentagem de população com pelo menos uma privação grave em educação



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)

Se observarmos o Quadro 3, constatamos que, com a exceção de Timor-Leste, os países com níveis de desenvolvimento humano mais baixo são aqueles que apresentam os níveis de alfabetização mais reduzidos (Angola: 69,6%; Moçambique: 54%; Guiné-Bissau: 51%). Portugal e o Brasil apresentam taxas de alfabetização na ordem dos 90%, enquanto Cabo Verde e São Tomé e Príncipe possuem taxas de alfabetização de 84,1% e 88,3%, respectivamente.

Quadro 3 - Dados relativos à educação nos países da CPLP

País	Níveis de Literacia (% com idade igual ou superior a 15 anos)	População com pelo menos o Ensino Secundário (% com idade igual ou superior a 25 anos)
Angola	69,6	---
Brasil	90,0	21,9
Cabo Verde	84,1	---
Guiné-Bissau	51,0	---
Moçambique	54,0	3,2
Portugal	94,6	27,5
São Tomé e Príncipe	88,3	---
Timor-Leste	---	---

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2010) não disponibiliza dados de todos os países da CPLP sobre a percentagem de população com o ensino secundário. Encontram-se publicados apenas os dados relativos ao Brasil, Moçambique e Portugal. No Brasil, 21,9% da população com

idade igual ou superior a 25 anos possui o ensino secundário. Também em Portugal, 27,5% da população possui o ensino secundário. No que diz respeito a Moçambique, os dados disponíveis indicam que apenas 3,2% da população moçambicana, com idade igual ou superior a 25 anos, frequentou este nível de ensino.

Dados do mesmo relatório, relativos ao índice de desigualdade de género, indicam que as mulheres, nomeadamente no que ao caso moçambicano diz respeito, continuam a apresentar taxas de escolarização inferiores às dos homens (1,5% de mulheres com o ensino secundário e 6% de homens). Contudo, constata-se que “a questão do acesso dos elementos femininos ao meio digital tem sido uma das prioridades de actores políticos globais como a UNESCO, que consideram que se trata de uma ferramenta crucial para o empoderamento das mulheres” (Cerqueira, Ribeiro & Cabecinhas, 2009: 114). Já no que se refere ao Brasil e a Portugal, as mulheres revelam taxas de escolarização ao nível do ensino secundário ligeiramente superiores às dos homens (Portugal: 44,6% mulheres, 43,8% homens; Brasil: 48,8% mulheres, 46,3% homens).

2.3 Acesso à Internet nos Países da CPLP

Os dados analisados relativos aos níveis de desenvolvimento humano e à escolarização nos países lusófonos, levam-nos a lembrar que, como refere Mitra (2008), a experiência virtual de visitar um determinado espaço físico não é possível sem a oportunidade real de utilizar um computador, com acesso à internet, localizado num espaço físico específico. Que percentagem da população tem acesso aos serviços de internet nos países lusófonos?

Os dados disponíveis, apresentados no Quadro 4, enfatizam a desigualdade no acesso aos serviços de internet nos países da CPLP.

Quadro 4 – Acesso à internet (2008)

País	Utilizadores	
	Por 100 pessoas (2008)	% de crescimento baseado na população (2000-2008)
Angola	3,1	3,56
Brasil	37,5	1,34
Cabo Verde	20,6	1,18
Guiné-Bissau	2,4	1,14
Moçambique	1,6	1,65
Portugal	42,1	168
S. Tomé e Príncipe	15,5	282
Timor-Leste	---	---

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2010)

Em Angola apenas 3,1% da população consegue aceder aos serviços de internet, tendo-se observado um crescimento no acesso a este serviço de 3,56% de 2000 a 2008. Estes indicadores realçam os desafios que Angola enfrenta no que diz respeito à sua integração na Sociedade da Informação.

No caso do Brasil, os dados recolhidos indicam que cerca de 37,5% da população é utilizadora de internet, tendo-se registado um aumento de utilizadores de apenas 1,34%, entre 2000 e 2008. Na opinião de Wagner (2010: 47), o Brasil tem “experimentado inegáveis avanços no acesso da população à Internet, embora os números ainda revelem fortes disparidades, conforme as regiões do país, as classes sociais e o nível de escolaridade das pessoas”.

Os dados disponíveis também indicam que em Cabo Verde, 20,6% da população utiliza a Internet, tendo-se verificado um aumento de utilizadores de 1,18% no período de 2000 a 2008. Num trabalho realizado em 2010 pela *International Telecommunication Union* (ITU), este aumento é verificado, embora os dados sobre a evolução da penetração da Internet neste país, indiquem que esta aumentou de 8% em 2007 para aproximadamente 21% em 2008, alcançando o maior aumento registado em África nesse ano. O mesmo estudo indica que um dos factores que contribuíram para este aumento de utilizadores teve a ver com a entrada de um segundo fornecedor de serviços de Internet (Cabocom) em 2008, terminando com o monopólio da Cabo Verde Multimédia (ITU, 2010).

Quanto ao acesso aos serviços de Internet na Guiné-Bissau, 2,4% da população utiliza a Internet, registando-se um crescimento de 1,14% no número de utilizadores entre 2000 e 2008. Há um enorme deficit no fornecimento deste serviço, quer ao nível de administração pública, quer no sector privado.

Por sua vez, em Moçambique, 1,6% da população é utilizadora da Internet. Entre 2000 e 2008 registou-se um aumento de 1,65% no número de utilizadores. Um dos factores subjacentes ao limitado acesso a este dispositivo em Moçambique resulta de estarmos na “presença de infra-estruturas (energia, telecomunicações), equipamento e a capacidade de usá-lo” extremamente reduzidos (Gaster, Cumbana, Macueve, Domingos & Mabila, 2009: 4) .

Os dados recolhidos indicam que, em Portugal, 42,1% da população utiliza a Internet, havendo cada vez mais famílias com computador e acesso à Internet no domicílio. De salientar o crescimento de 168% do número de utilizadores dos serviços de Internet entre 2000 e 2008. Comparativamente aos outros países que compõem a CPLP, Portugal teve condições mais favoráveis à implementação da Sociedade da Informação, que colocaram este país num patamar de desenvolvimento mais elevado no acesso à informação e ao conhecimento, no conjunto dos oito países da CPLP. Dados mais recentes revelam que houve um aumento considerável de agregados domésticos com acesso à Internet em casa, 47,9% (INE, 2009). A clara disparidade entre os dados apresentados relativos a 2008 e 2009, leva-nos a ser cautelosas, tendo consciência das dinâmicas que envolvem a realização destes inquéritos, assumindo-os como meramente indicativos face à realidade analisada.

No que se refere a São Tomé e Príncipe, os dados disponíveis indicam que 15,5% da população utiliza a Internet. Fall (2007) refere que a Companhia Santomense de Telecomunicações é o principal fornecedor de serviços de internet e que o governo não considera as TIC um sector prioritário de intervenção, embora reconheça que estas tecnologias são um instrumento essencial de partilha de informação e de conhecimento e uma mais-valia para a gestão eficiente e para o desenvolvimento dos recursos do país. Apesar de não ser um sector prioritário, São Tomé e Príncipe registou o maior aumento, entre 2000 e 2008 (282%), no conjunto dos países da CPLP, no que se refere ao crescimento do número de utilizadores dos serviços de internet.

No que concerne a Timor-Leste, o relatório de Desenvolvimento Humano (2010) não possui informações, contudo, o trabalho desenvolvido pela ITU em 2010 indica que apenas 0,16% da população timorense utiliza a internet. Para compreendermos esta baixa percentagem de utilizadores é relevante considerarmos que Timor-Leste viveu longos períodos de ocupação e conflito, que resultaram na devastação das infra-estruturas sociais e de comunicação (Pena, 2009). Além disso, “os preços elevados, infra-estruturas deficientes e o monopólio das telecomunicações significam que existe ainda um longo caminho a percorrer antes que as tecnologias digitais tenham um impacto generalizado positivo para o acesso ao conhecimento, ao emprego e ao desenvolvimento económico daquele país” (Moreira, 2010).

Podemos concluir que o uso diferencial da internet no mundo em vias de desenvolvimento “deve-se principalmente à enorme diferença na infra-estrutura de telecomunicações, aos fornecedores de serviços e de conteúdos de internet, assim como às estratégias que estão a ser

utilizadas para combater esta diferença” (Castells, 2004: 304). Além disso, factores como a extensão territorial do país, a taxa de cobertura dos serviços e, eventualmente, a própria condução da implementação das políticas para a sociedade da informação nestes países, condicionam os resultados alcançados ao nível dos indicadores (Macedo, Martins & Macedo, 2010).

Considerações Finais

No que respeita ao índice de desenvolvimento humano, os dados disponíveis sugerem que os países da CPLP se encontram em níveis diferentes de desenvolvimento, estando Portugal e o Brasil nos níveis mais elevados; Cabo Verde, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe num nível médio de desenvolvimento e, por fim, num nível baixo de desenvolvimento humano encontram-se Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Estes dados revelam as assimetrias existentes nestes países em vários aspectos, nomeadamente, no que diz respeito à educação, aos padrões de vida e ao acesso ao sistema de saúde.

Os níveis de literacia, nestes países, também estão longe dos objectivos estipulados na Declaração de Dakar em 2000, constatando-se que Angola, Moçambique e Guiné-Bissau possuem os níveis de literacia mais reduzidos, tendo pela frente um longo caminho a percorrer ao nível da escolarização da população.

Também ao nível da utilização dos serviços de internet, os oito países demonstram discrepâncias profundas. Em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste o número de utilizadores dos serviços de internet é inferior a 5% do total da população. As assimetrias entre os países que possuem condições materiais e culturais para operar no mundo digital e aquelas que não possuem estas condições são evidentes.

Analisando todas estas assimetrias no que respeita ao desenvolvimento, podemos arguir que uma grande faixa da população dos países de língua oficial portuguesa encontra-se info-excluída, ou seja, não possui as condições infra-estruturais, económicas e culturais que lhes permita aceder às novas tecnologias. Neste sentido, quanto mais o mundo se envolve num processo tecnológico de desenvolvimento económico, político, social e cultural, baseado nas redes digitais, mais as desigualdades se evidenciam, afectando uma grande faixa da população de alguns países que constituem a CPLP.

Bibliografia

- Anyanwu, C. (2005). Virtual citizenship and diasporic discourse. Paper presented at the The Annual Meeting of the Australian and New Zealand Communication Association.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F., & Ávila, P. (1996). *A Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cabecinhas, R., Lima, M., & Chaves, A. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. M. M. I. J. (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta, 67-92.
- Castell, S., Luke, A., & MacLennan, D. (2001). *On defining literacy* (Vol. 3-14). Cambridge: Cambridge University Press.
- Castells, M. (2004). A Galáxia Internet - Relexões sobre Internet, *Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cerqueira, C., Ribeiro, L., & Cabecinhas, R. (2009). Mulheres & Blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na 'rede'. *Ex Aequo*, 19, 111-128.
- Declaração de Dakar (2000). Texto adoptado no encontro Mundial de Educação, Dakar, Senegal, de 26 a 28 de Abril.
- Delgado-Martins, M. R., Ramalho, G., & Costa, A. (2000). *Processamento da informação pela leitura e pela escrita*. Lisboa: Editorial Caminho.
- EFA Global Monitoring Report - Reaching the marginalized (2010). Paris: UNESCO.
- Évora, S. L., & Silva, A. (2010). Desafios das redes de comunicação e de educação no espaço lusófono: da blogosfera Cabo-Verdiana à cidadania global. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8, (no prelo).
- Fall, B. (2007). ICT in Education in São Tomé and Príncipe, Survey of ICT and Education in Africa.
- Gaster, P., Cumbana, C., Macueve, G., Domingos, L. N. C., & Mabila, F. (2009). *Inclusão Digital em Moçambique: um desafio para todos*. Maputo: Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM).
- International Telecommunication Union (2010). *Measuring the Information Society*. Geneva, Switzerland.
- Langmia, K. (2008). *The Internet and the Construction of the Immigrant Public Sphere: The Case of the Cameroonian Diaspora*. Plymouth: University Press of America.
- Macedo, L. (2005). Políticas para a Sociedade da Informação em Portugal: da concepção à implementação. *Comunicação e Sociedade*, 7, 71-93.
- Macedo, L., Martins, M.L., Macedo, I. (2010). "Por mares nunca dantes navegados": contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8 (no prelo).
- Mitra, A. (2008). Using Blogs to Create Cybernetic Space: Examples from People of Indian Origin. *Convergence*, 14(4), 457-472.
- Moreira, S. (2010). *Timor-Leste: ligando a sociedade civil*. Disponível em <http://pt.globalvoices.org/2010/07/22/timor-leste-ligando-a-sociedade-civil>, Retrieved 18.08.2010, 2010
- Navarrete, C. A., & Huerta, E. (2006). Building Virtual Bridges to Home: The Use of the Internet by Transnational Communities of Immigrants. *International Journal of Communications Law & Policy* (Special Issue, Virtual Communities).

- Nhaga, N. A. (2009). *O papel dos Media no sistema democrático da Guiné-Bissau*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Pena, A. (2009). Comunicação e Liberação. A representação mediática da loita pola autodeterminación timorense. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 7, 25-36.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. New York.
- Wagner, F. (2010). Habilidades e inclusão digital: o papel das escolas. In *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.

¹ Comunicação desenvolvida no âmbito do projecto de investigação "Narrativas Identitárias e Memória Social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008).